



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001400-55.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – 1 posto de trabalho de Copeira, pelo prazo de 2 meses - Contrato n. 06/2012 – Contratada: COMPLIANCE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. - Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, operacional, à manutenção predial, Transporte e técnico.

PARECER JURÍDICO Nº 123 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa COMPLIANCE Serviços de Locação e Gestão de mão de obra LTDA., para a prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Apoio à Manutenção Predial, Apoio de Transporte e Apoio Técnico, pelo prazo inicial de 30 (trinta) meses, a contar de 02/05/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), o qual se encontra em plena vigência.

02. Na Informação n. 119/2022 – SEAP ([0869262](#)), prestada à SAOC, o chefe da Seção de Administração Predial (SEAP) esclareceu que o quadro de terceirizados de apoio Administrativo do TRE-RO conta, nos últimos dez anos, com 3 (três) postos de trabalho de Copeira e que tal quantitativo apresenta-se como limite, embora suficiente, para atendimento **das demandas ordinárias** deste Tribunal, que naturalmente cresce a cada ano. Aduz que a experiência das últimas eleições de 2020 evidenciou que os 3 postos de trabalho de copeira não serão suficientes para atendimento a contento das demandas ordinárias acrescidas daquelas do período eleitoral de 2022, haja vista a intensificação das atividades do órgão nesse período, aas quais descreve em detalhes. Diante desse cenário vê-se como necessário o acréscimo, **em caráter temporário**, de 01(um posto) de trabalho de COPEIRA.

03. Na referida informação, a SAAP também registra o período para a ativação do posto, de 01/09/22 a 31/10/22, o valor de **R\$ 7.011,38** (sete mil, onze reais e trinta e oito centavos) para o custeio do acréscimo, que representaria o percentual de **0,075%** (zero vírgula zero setenta e cinco por cento) do valor do contrato, dentro, portanto, do limite



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 25% estabelecido na Lei n. 8666/93, Art. 65, §1º e cláusula vigésima terceira do contrato. Registrou, ainda, a necessidade de movimentos no Orçamento Pleitos 2022 (FUN APOIO) da SEAP para o custeio do valor do acréscimo pretendido.

04. Por meio do Despacho n. 1854/2022 ([0870338](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **COFC** para proceder a anulação do saldo da Nota de Empenho 2022NE000273 no valor de R\$ 7.011,38 (sete mil onze reais e trinta e oito centavos) e programação do mesmo valor na fonte orçamentária informada pelo gestor do contrato para custear o referido aditivo e à **SECONT**, para elaborar minuta de instrumento contratual considerando o teor da referida Informação.

05. Em cumprimento, o Coordenador da COFC esclareceu que não haver necessidade de programação orçamentária pois o saldo do aditamento contratual estaria coberto pela emissão do novo empenho e enviou à SEOF para anulação e emissão de novo empenho ([0870443](#)), operações efetivamente juntadas ao processo, respectivamente, nos eventos [0871802](#) e [0871804](#).

06. Por fim, veio ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 3 ao Contrato Administrativo n. 06/2022 para o registro do incidente de execução relatado ([0871033](#)). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer. **É o necessário relato.**

II – DO ADITIVO PRETENDIDO - ACRÉSCIMO DE UM POSTO TEMPORÁRIO DE COPEIRA AO OBJETO INICIAL DO CONTRATO

07. Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam dos autos deste processo administrativo. Ainda, ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e dos demais atos normativos que regulamentam as atividades dos Assessores Jurídicos, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria ao Tribunal sob o prisma estritamente jurídico, **não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia,** nem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, não adentrando **no mérito dos valores dos acréscimos dos aditivos**.

08. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

09. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as detalhadas informações prestadas pela SEAP, descritas evento [0869262](#), e reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, que consiste, em suma, na **necessidade comprovada de crescer, no período de 01/09/2022 a 31/10/22, 1 (um) posto de trabalho de copeira** para atender as demandas acrescidas em função do pleito eleitoral de 2022, na forma detalhada pela unidade gestora.

10. Conforme demonstrado pelo gestor, o valor total do referido Aditivo foi dimensionado em **R\$ 7.011,38** (sete mil, onze reais e trinta e oito centavos) para o custeio do acréscimo, representa **0,075%** (zero vírgula zero setenta e cinco por cento) do valor do Contrato Administrativo n. 006/2022, havendo comprovação de disponibilidade orçamentária para a cobertura da despesa, conforme documento juntado no evento [0871804](#).

13. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), com **fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93 e na Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2., do Contrato Administrativo n. 06/2022**.

III – DA NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. O Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA QUINTA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

....

d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

15. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

*O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)*

*Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)*

*Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)*

16. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, que será acrescido pelo valor de **R\$ 350,56** (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) pelo acréscimo do referido posto temporário de copeira, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA QUINTA do ajuste, já sistematizada na CLÁUSULA TERCEIRA da minuta constante do evento [0871033](#).

IV - DA MINUTA CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. A SECONT trouxe ao processo a MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 3 ([0871033](#)) ao Contrato Administrativo n. 06/2022, competindo a esta Assessoria Jurídica analisá-la, consoante dicção do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

18. Assim, após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes para o propósito dos atos aqui narrados e analisados, estando também em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

V – DA CONCLUSÃO

19. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Informação n. 119 ([0869262](#)) do Chefe da Seção de Administração Predial - SEAP e gestor do contrato, com registro do ato em termo aditivo, com **fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93** e na **Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2.,** do Contrato Administrativo n. 06/2022;

20. Ainda, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 3 ao Contrato Administrativo n. 06/2022, juntada ao processo no evento [0871033](#), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados.

21. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na CLÁUSULA TERCEIRA da referida minuta, com previsão no item "d" da CLÁUSULA QUINTA do Contrato n. 06/2022.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 03/08/2022, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0872018** e o código CRC **0446E2D3**.

0001400-55.2021.6.22.8000